

# BALANÇO POLÍTICO | 2024

MALTA ADVOGADOS

---



# Índice

<b>MALTA ADVOGADOS</b> .....	3
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	4
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>PODER EXECUTIVO</b> .....	6
Alterações nos Cargos de Relevância.....	7
Popularidade do Presidente e da Primeira-Dama.....	9
<b>PODER JUDICIÁRIO - STF</b> .....	11
Decisões em destaque.....	12
Perspectivas para 2025.....	13
<b>PODER LEGISLATIVO</b> .....	14
Principais temas e avanços legislativos.....	15
Eleições no Congresso Nacional: projeções para as Lideranças e Mesas Diretoras.....	16
Alterações previstas para 2025.....	17
2024: alterações ocorridas na composição do Congresso Nacional.....	21
<b>AVALIAÇÕES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS</b> .....	26
Orçamento público e Poderes em conflito: a crise das Emendas PIX.....	26
Eleições municipais: a força do Centrão e seus efeitos no cenário nacional.....	30
Avaliação dos mandatos de Rodrigo Pacheco e Arthur Lira no Congresso Nacional.....	32
Articulação política e desafios no Congresso: análise do desempenho do Governo Federal.....	35
Pacote fiscal: desafios políticos e dinâmica entre Poderes na busca pela sustentabilidade econômica.....	38
Tensões institucionais: o embate entre Legislativo e Judiciário e o papel do Executivo.....	40

# Malta Advogados

O escritório Malta Advogados pauta-se nos valores de excelência e contato estreito com cada demanda, permitindo a apresentação de soluções cuidadosas, inovadoras e de alta qualidade técnica, tendo sempre em vista os interesses de cada cliente.

Contamos com profissionais capacitados e preparados para atuar em casos complexos que demandam conhecimento interdisciplinar.

A nossa sede em Brasília é situada em uma área privilegiada da Capital Federal, possibilitando uma atuação próxima aos órgãos nucleares dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O escritório também conta com sedes em São Paulo e Curitiba, o que nos permite oferecer serviços jurídicos de excelência, com conhecimento aprofundado das particularidades de cada região e acesso aos principais tribunais e órgãos governamentais.



# Sumário Executivo

---

## PODER EXECUTIVO

- **Políticas Públicas e Ajustes Fiscais:** Implementação de bloqueios orçamentários e aprovação de um pacote de cortes de gastos.
- **Reforma Tributária:** Simplificação do sistema com a introdução do IVA e isenção de itens essenciais.
- **Infraestrutura e área social:** Avanços no programa “Minha Casa, Minha Vida” e redução significativa da insegurança alimentar.
- **Mudanças ministeriais:** Substituição de Silvio Almeida por Macaé Evaristo no Ministério dos Direitos Humanos e sinalização de uma reforma ministerial após as eleições do Congresso.

## PODER JUDICIÁRIO

- **Decisões marcantes:** Descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e julgamentos sobre desinformação e inelegibilidade por parentesco.
- **Nova composição do STF:** Posse de Flávio Dino.
- **Perspectivas para 2025:** Além de temas como direitos fundamentais e regulação estatal, o STF analisará questões ligadas ao serviço público, promoções na magistratura, regulamentação de benefícios para servidores e a responsabilidade em contratos de terceirização.

## CONGRESSO NACIONAL

- **Atuação Legislativa:** Aprovação da reforma tributária e regulamentação de emendas parlamentares foram marcos importantes.
- **Eleições Internas:** Favoritismo de Davi Alcolumbre para o Senado e Hugo Motta para a Câmara.

## ARTICULAÇÃO ENTRE PODERES

- **Tensões Institucionais:** Embates entre Legislativo e Judiciário intensificaram-se, especialmente em relação ao controle orçamentário e decisões monocráticas do STF.

## PERSPECTIVAS EM 2025

- **Prioridades do Governo Federal:** Implementação de reformas, avanços em sustentabilidade e ampliação do diálogo com o Poder Legislativo.
- **Desafios Políticos e Institucionais:** Necessidade de reequilibrar as relações entre os Poderes e avançar na condução das reformas estruturais.

# Introdução

Como esperado para um ano eleitoral, 2024 nos ofereceu uma série de implicações no cenário político brasileiro. Desde um ano mais curto no Poder Legislativo até as projeções para as eleições nacionais, anos como este tendem a ser verdadeiros termômetros políticos. Este balanço, elaborado pela **equipe de Relações Governamentais do Escritório Malta Advogados**, oferece uma análise detalhada dos principais acontecimentos do Executivo, Legislativo e Judiciário, destacando a tramitação de reformas cruciais, como a tributária e o novo arcabouço fiscal, além das tensões institucionais envolvendo a execução orçamentária e as emendas parlamentares.

Entre os pontos de destaque, o documento explora o protagonismo do Centrão nas eleições municipais, os desafios de articulação política enfrentados pelo governo federal e as decisões emblemáticas do Supremo Tribunal Federal, que moldaram debates jurídicos, políticos e sociais. **Também são apresentadas projeções para 2025**, considerando as alterações esperadas nas lideranças legislativas e ministeriais, bem como as pautas prioritárias que definirão os rumos do país.

A partir de dados de bastidores, análises legislativas e informações amplamente divulgadas pela mídia, este material não apenas oferece uma visão estratégica sobre os eventos do último ano, mas também contextualiza desafios e oportunidades desenhadas no horizonte político brasileiro.



# Poder Executivo

---

O ano de 2024 foi marcado por desafios constantes para o Poder Executivo, que buscou equilibrar a implementação de políticas públicas com a necessidade de ajustes fiscais e reformas estruturais. Medidas como os sucessivos bloqueios orçamentários, que somaram R\$ 19,3 bilhões, e a apresentação de um pacote de corte de gastos públicos surgem como um esforço do governo de cumprir o novo arcabouço fiscal e o enxugamento orçamentário, promessa eleitoral do presidente Lula.

Simultaneamente, a promulgação da reforma tributária pelo Congresso Nacional foi um marco relevante. Prioridade há anos em vários governos, independente da ideologia, a mudança é um compromisso de simplificação do sistema e redução tarifária de itens essenciais.

Na infraestrutura, destacaram-se obras rodoviárias e leilões para a modernização de estradas com tarifas reduzidas. Na área social, o Governo anunciou que o programa “Minha Casa, Minha Vida” avançou, com mais de 1,2 milhão de moradias contratadas, enquanto ações no combate à fome resultaram na saída de milhões de brasileiros da insegurança alimentar grave.



# Poder Executivo

---

## ALTERAÇÕES NOS CARGOS DE RELEVÂNCIA

Em 2024, houve uma única alteração no primeiro escalão do governo federal, com a **substituição de Silvio Almeida no comando do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Sua exoneração foi efetivada em setembro, em decorrência de denúncias de assédio sexual, incluindo relatos envolvendo a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. **Para sucedê-lo, foi nomeada Macaé Evaristo, deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, cuja trajetória é focada no comprometimento com a defesa dos direitos humanos e a promoção da educação inclusiva.**

Além dessa mudança, o presidente Lula sinalizou a possibilidade de uma reforma ministerial após as eleições para as presidências da Câmara e do Senado.



# Poder Executivo

---



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Essa iniciativa **visa fortalecer a base aliada no Congresso Nacional e aprimorar a governabilidade**. Como se especulava, a Secretaria de Comunicação Social, antes sob a liderança de Paulo Pimenta (PT/RS), foi uma das pastas a sofrer alterações, com a indicação de que o marqueteiro Sidônio Palmeira será nomeado por Lula.

Outras mudanças em consideração incluem a **Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e o Ministério das Mulheres**, com o objetivo de acomodar aliados estratégicos e reforçar o apoio político necessário para a implementação das agendas governamentais.

# Poder Executivo

---

## POPULARIDADE DO PRESIDENTE E DA PRIMEIRA-DAMA

As últimas pesquisas sobre a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da primeira-dama Rosângela Lula da Silva (Janja) revelam um cenário desafiador. Segundo a pesquisa Genial/Quaest, realizada entre 4 e 9 de dezembro de 2024, **Lula mantém uma aprovação de 52%, com rejeição de 47%**. O levantamento abrangeu 8.598 entrevistas presenciais, com margem de erro de 1 ponto percentual e nível de confiança de 95%. O presidente registra forte apoio no Nordeste (67%) e entre classes populares, mas enfrenta resistência no Sudeste (55%) e entre evangélicos (56%).



# Poder Executivo

---

Foto: Ricardo Stuckert / PR

Já a **popularidade de Janja caiu de 41% para 22%**, conforme apontado pela pesquisa Genial/Quaest, divulgada em dezembro de 2024. Essa queda acendeu alertas no PT e no governo, sendo atribuída a uma percepção de **distanciamento e à falta de engajamento direto com pautas sociais**. Além da percepção macro, **Janja chegou a ter uma fala muito polêmica no encontro do G20**, em que fez xingamentos ao empresário Elon Musk. Dono da rede social X, Musk constantemente faz declarações políticas com viés de direita e encontrava-se em uma disputa judicial e de poder com a Suprema Corte brasileira.

Na pesquisa do Poder360 de dezembro de 2024, a **aprovação geral do governo está estagnada em 45%, com rejeição de 48%**. A **avaliação positiva da gestão como "boa" ou "ótima" caiu para 27%, seu menor índice desde a posse**, evidenciando dificuldades em reconquistar eleitores que não votaram em Lula em 2022.

Esses dados destacam a necessidade de estratégias para fortalecer políticas voltadas a segmentos críticos, melhorar a comunicação e ampliar o diálogo com líderes de opinião, essenciais para reverter a trajetória de desgaste.

# Poder Judiciário - STF

---

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrentou temas de alta relevância jurídica, política e social. O ano foi marcado por mudanças na composição da Corte, decisões emblemáticas e debates que reafirmaram sua importância como guardião da estabilidade institucional no Brasil.

## Alterações na Composição da Corte

A **posse do ministro Flávio Dino em fevereiro de 2024**, após aprovação pelo Senado no final de 2023, marcou uma significativa alteração na composição do STF. Dino assumiu a vaga da ministra Rosa Weber, que se aposentou em setembro de 2023, trazendo novos elementos para a dinâmica do Tribunal.



# Poder Judiciário - STF

## DECISÕES EM DESTAQUE:

- **Leis contra a desinformação:** No julgamento do RE n.º 1.037.396, o STF definiu os limites e o alcance das leis voltadas ao combate à desinformação.
- **Distribuição das sobras eleitorais:** Nas ADIs 7.228/DF, 7.263/DF e 7.325/DF, a Corte decidiu que todos os partidos políticos, independentemente do desempenho eleitoral, têm direito à participação na distribuição das sobras eleitorais no sistema proporcional.
- **Gravações ambientais sem autorização judicial:** No julgamento do RE 1.040.515/SE, o Tribunal considerou ilícitas as provas obtidas por meio de gravações ambientais realizadas sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial.
- **Inelegibilidade por parentesco:** Na ADPF 1.089/DF, foi estabelecido que a inelegibilidade por parentesco não impede a ocupação simultânea, na mesma localidade, dos cargos de chefia dos Poderes Legislativo e Executivo por cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau.
- **Descriminalização do porte de maconha para uso pessoal:** O STF fixou o entendimento de que portar até 40 gramas de maconha para uso pessoal não configura crime, embora o ato permaneça ilícito e sujeito a sanções administrativas.



# Poder Judiciário - STF

## PERSPECTIVAS PARA 2025

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia 2025 com uma pauta composta por temas de alta relevância jurídica, política e social, definidos pelo presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. As primeiras sessões do ano, previstas para fevereiro, abordarão questões relacionadas a direitos fundamentais, segurança pública, trabalho, tributação e regulação estatal.

### ENTRE OS PRINCIPAIS CASOS A SEREM JULGADOS ESTÃO:

- **Promoções na Magistratura (ADI 6757):** Ação que questiona normas estaduais que condicionam promoções por mérito e antiguidade à remoção de magistrados, analisando possíveis violações ao Estatuto da Magistratura.
- **Regulamentação de benefícios a Servidores (ADI 3228):** Avaliação da constitucionalidade de dispositivos legais que disciplinam gratificações específicas para servidores públicos, com reflexos na organização administrativa dos Estados.
- **Revista Íntima em Presídios (ARE 959620):** Discussão sobre a licitude de provas obtidas em revistas íntimas de visitantes em unidades prisionais.
- **ADPF das Favelas (ADPF 635):** Avaliação das restrições às operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro impostas durante a pandemia, com foco na letalidade das ações e seus impactos sobre populações vulneráveis.
- **Anulação de Anistias (ADPF 777):** Análise da validade de portarias que revogaram anistias políticas concedidas entre 2002 e 2005.
- **Responsabilidade em Terceirizações (RE 1298647):** Definição da responsabilidade subsidiária do Poder Público em fiscalizar obrigações trabalhistas em contratos terceirizados.

Ao longo do mês de fevereiro, a Corte também analisará questões tributárias, como a incidência do ISS em operações de industrialização por encomenda (RE 882461), e ações regulatórias, como a competência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para autorizar a venda de blocos petrolíferos (ADI 3596).

# Poder Legislativo

---

Em 2024, o Congresso Nacional consolidou sua atuação como um espaço de intensa articulação política, com protagonismo na aprovação de pautas econômicas. A retomada das discussões sobre a reforma tributária avançou de maneira significativa, culminando na aprovação de um texto que unificou tributos federais (PIS, Cofins e IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS), alterando o modelo de arrecadação no país.

As eleições municipais de 2024 tiveram um impacto considerável no funcionamento das Casas Legislativas. Nas semanas que antecederam o primeiro turno, as atividades foram reduzidas, com sessões esvaziadas e adiamento de votações importantes, permitindo que parlamentares se dedicassem às campanhas eleitorais em suas bases.

Após o segundo turno, o Congresso retomou suas atividades com foco em pautas urgentes, como a regulamentação da reforma tributária e projetos relacionados à transparência das emendas parlamentares.

Segundo levantamento realizado pelas Agências de Comunicação da Câmara e do Senado, apesar das interrupções, **o Senado Federal votou 1.197 proposições, enquanto a Câmara dos Deputados foi responsável por mais de 1.500 deliberações**, incluindo projetos de lei, medidas provisórias, projetos de resolução, decretos legislativos e propostas de emenda à Constituição.



# Poder Legislativo

## PRINCIPAIS TEMAS E AVANÇOS LEGISLATIVOS:

- **Reformas Estruturais:** O Congresso avançou na regulamentação da reforma tributária e na reforma administrativa, modernizando a arrecadação tributária e o serviço público, com foco em eficiência e redução de cargos comissionados.
- **Pacto Federativo:** Foram redefinidas as bases para fortalecer Estados e municípios, especialmente em saúde e educação, e criados fundos para reduzir desigualdades regionais.
- **Medidas Econômicas:** Priorizaram-se o equilíbrio fiscal, com limites a despesas obrigatórias e incentivos estratégicos, além de cortes em benefícios ineficazes.
- **Inclusão e Direitos Humanos:** Destaque para a ampliação da licença-maternidade, criminalização do discurso de ódio e endurecimento de penas contra crimes de violência de gênero.
- **Sustentabilidade:** Avanços incluem o marco legal do hidrogênio de baixa emissão, regulação de créditos de carbono e proteção de biomas sensíveis como Amazônia e Cerrado.



# Poder Legislativo

## ELEIÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL: PROJEÇÕES PARA AS LIDERANÇAS E MESAS DIRETORAS

À medida que a 57ª legislatura se aproxima do fim do biênio 2023-2024, o Congresso Nacional se prepara para eleger suas novas lideranças. As eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estão agendadas para fevereiro de 2025.

No Senado, **Davi Alcolumbre (União/AP)** desponta como favorito para **reassumir a presidência da Casa**, cargo que ocupou entre 2019 e 2021. Durante os dois últimos anos, Alcolumbre presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem consolidado apoio entre os pares. Partidos como PL, PP, PSB, PSD, PT, Republicanos e PDT já formalizaram suporte à sua candidatura, totalizando 63 senadores, número superior aos 41 votos necessários para a eleição.

Na Câmara dos Deputados, o deputado **Hugo Motta (Republicanos/PB)** emergiu como principal candidato à sucessão de **Arthur Lira (PP-AL)**. Com apenas 35 anos e já em seu quarto mandato, Motta ganhou destaque por sua habilidade em articulações políticas e pela liderança exercida em comissões importantes. Sua candidatura recebeu o apoio de 18 partidos, incluindo PL, PT, União Brasil, PP, MDB e PSD, que juntos somam 495 deputados, bem acima dos 257 votos necessários para a vitória.



# Poder Legislativo

As articulações para a formação das Mesas Diretoras de ambas as Casas geraram muitas negociações e, em alguns casos, tensões entre os partidos. Neste sentido, o **PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro e responsável por alto número de cadeiras no Legislativo, deve ocupar as primeiras vice-presidências das Casas, com a indicação do senador Eduardo Gomes (PL/TO) para o Senado e do deputado Altineu Côrtes (PL/RJ) como nome mais cotado na Câmara.**

Além das Mesas Diretoras, **anualmente as Comissões da Câmara são recompostas; enquanto as do Senado alteram-se a cada dois anos. Ambas serão renovadas no início de 2025.** As presidências dos colegiados são resultado de negociações entre os partidos e as presidências de cada Casa, e buscam refletir a proporcionalidade partidária e os interesses de cada bancada.

A seguir, serão apresentadas as alterações identificadas pelo time de Relações Governamentais do Escritório Malta Advogados. Vale ressaltar que essas informações têm como base notícias veiculadas na mídia, dados de bastidores e negociações políticas. **Por se tratarem de projeções que refletem o cenário atual, podem sofrer modificações em função de alterações no contexto ou de novos interesses políticos.**



# Poder Legislativo

## MESA DIRETORA

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Presidente



Arthur Lira  
(PP/AL)



Hugo Motta  
(Republicanos/PB)

#### 1º Vice-presidente



Marcos Pereira  
(Republicanos/SP)



Altineu Cortes  
(PL/RJ)

#### 1º Secretário



Luciano Bivar  
(UNIÃO/PE)



Carlos Veras  
(PT/PE)

### SENADO FEDERAL



Rodrigo Pacheco  
(PSD/MG)



Davi Alcolumbre  
(UNIÃO/AP)



Veneziano Vital do  
Rego  
(MDB/PB)



Eduardo Gomes  
(PL/TO)



Rogério Carvalho  
(PT/SE)



Indefinido

# Poder Legislativo

## LIDERANÇAS

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Bloco PT/PV/PCdoB



**Odair Cunha**  
(PT/MG)



**Lindbergh Farias**  
(PT/RJ)

#### PL



**Altineu Cortes**  
(PL/RJ)



**Sóstenes Cavalcante**  
(PL/RJ)

#### Governo



**José Guimarães**  
(PT/CE)  
Permanece no cargo

### SENADO FEDERAL

#### PT



**Beto Faro**  
(PT/PA)



**Rogério Carvalho**  
(PT/SE)

#### PL



**Carlos Portinho**  
(PL/RJ)  
Permanece no cargo

#### Governo



**Jaques Wagner**  
(PT/BA)  
Permanece no cargo

# Poder Legislativo

## PRINCIPAIS COMISSÕES

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



**Caroline de Toni**  
(PL/SC)



**Elmar Nascimento**  
(UNIÃO/BA)

#### Comissão de Finanças e Tributação (CFT)



**Mário Negromonte Jr.**  
(PP/BA)



**Indefinido**

### SENADO FEDERAL

#### Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ)



**Davi Alcolumbre**  
(UNIÃO/AP)



**Otto Alencar**  
(PSD-BA)

#### Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



**Vanderlan Cardoso**  
(PSD/GO)



**Renan Calheiros**  
(MDB/AL)

# Poder Legislativo

## 2024: ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

O ano de 2024, por se tratar de ano eleitoral, foi marcado por diversas alterações na composição do Congresso Nacional. O levantamento a seguir foca em **alterações permanentes, desconsiderando, portanto, afastamentos temporários, como licenças para campanhas eleitorais ou a ocupação de mandatos por suplentes em caráter transitório.** Embora relevantes no contexto político imediato, tais movimentações não refletem alterações estruturais na composição legislativa e, por isso, não foram incluídas.

Entre os eventos mais relevantes, destaca-se o **falecimento da deputada Amália Barros (PL/MT), em 12 de maio de 2024, após complicações de saúde; e a renúncia do senador Flávio Dino (PSB/MA), que deixou o mandato para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em 22 de fevereiro de 2024.**

Além disso, o Congresso apresentou alterações gerais no que se refere à configuração partidária. Na Câmara dos Deputados, o PL manteve-se como a maior bancada, com 95 deputados, seguido pela Federação PT/PCdoB/PV, com 81 parlamentares. No Senado, o PSD liderou com 15 senadores, reforçando seu protagonismo nas negociações legislativas. Essa composição influenciou o debate político, trazendo maior atenção a temas como sustentabilidade, tecnologia e inovação.



Foto: Agência Senado



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Foto: Agência Senado

# Poder Legislativo

## ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

### CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Carlos Gomes**  
(Republicanos/RS)  
Titular

*Licenciado para assumir o cargo de Secretário de Estado de Habitação e Regularização Fundiária, no estado do Rio Grande do Sul.*



**Ronaldo Nogueira**  
(Republicanos/RS)  
Suplente



**Paulo Marinho Jr**  
(PL/MA)  
Suplente



**Josimar Maranhãozinho**  
(PL/MA)  
Titular

*Afastado com Licença para tratar de Interesse Particular, tendo reassumido o cargo em abril de 2024.*



**Felipe Becari**  
(União/SP)  
Titular

*Licenciado para assumir o cargo de Secretário Municipal de Esportes e Lazer.*



**Douglas Viegas**  
(União/SP)  
Suplente



**Amália Barros**  
(PL/MT)

*Faleceu em 12 de maio de 2024.*



**Nelson Barbudo**  
(PL/MT)  
Suplente

# Poder Legislativo

## ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

### CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Ricardo Silva**  
(PSD/SP)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Ribeirão Preto (SP).*



**Ribamar Silva**  
(PSD/SP)  
Suplente



**Abilio Brunini**  
(PL/MT)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Cuiabá (MT).*



**Rodrigo da Zaeli**  
(PL/MT)  
Suplente



**Alberto Mourão**  
(MDB/SP)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Praia Grande (SP).*



**João Cury Neto**  
Suplente

*Ainda não empossado, mas já convocado.*



**Washington Quaqué**  
(PT/RJ)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Maricá (RJ).*



**Enfermeira Rejane**  
(PCdoB/RJ)  
Suplente

# Poder Legislativo

## ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

### CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Carmen Zanotto**  
(Cidadania/SC)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Lages (SC).*



**Geovânia de Sá**  
(PSDB/SC)  
Suplente



**Dr. Benjamim**  
(União/MA)  
Suplente

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Açailândia (MA).*



**Ivan Junior**  
(União/MA)  
Suplente



**Gerlen Diniz**  
(PP/AC)  
Titular

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Sena Madureira (AC).*



**Zé Adriano** (PP/AC)  
Suplente



**Hélio Leite**  
(União/PA)  
Suplente

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Castanhal (PA).*



**Pastor Cláudio Mariano**  
(União/PA)  
Suplente

# Poder Legislativo

## ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

### CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Paulinho Freire**  
(União/RN)  
Titular



**Carla Dickson**  
(União/RN)  
Suplente

*Renunciou à vaga para assumir a prefeitura de Natal (RN).*

### SENADO FEDERAL



**Flávio Dino**  
(PSB/MA)  
Titular



**Ana Paula Lobato**  
(PDT/MA)  
Suplente

*Renunciou à vaga para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.*



**Rodrigo Cunha**  
(PODEMOS/AL)  
Titular



**Dra. Eudócia**  
(PL/AL)  
Suplente

*Renunciou ao cargo para assumir o posto de vice-prefeito de Maceió.*

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

---

## ORÇAMENTO PÚBLICO E PODERES EM CONFLITO: A CRISE DAS EMENDAS PIX

O conflito entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil ganhou novos contornos nos últimos anos, principalmente em relação à transparência e ao controle de recursos públicos destinados às emendas parlamentares.

Após a vitória de Lula (PT) em 2022, iniciaram-se movimentações no Judiciário. Essas culminaram na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional o orçamento secreto, definido pela aplicação de emendas individuais sem a identificação dos proponentes (ADPFs 850, 851, 854 e 1014).



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

A **decisão determinou que todas as despesas realizadas por meio dessas emendas deveriam ser acompanhadas da divulgação dos dados relacionados aos serviços executados.** Dessa medida, derivou um conflito entre os poderes que ainda persiste. **Com o fim do orçamento secreto, o Congresso recorreu às emendas PIX,** assim batizadas por envolverem uma transferência direta dos cofres da União para os órgãos beneficiados, sendo as prefeituras os principais destinatários.

Esse modelo de emenda já estava previsto desde a Emenda Constitucional n.º 86/2015, que obriga a União a destinar recursos para a execução das emendas individuais impositivas, instrumento que também originou o orçamento secreto. Contudo, **desde a decisão do STF, o volume de recursos destinados às emendas PIX disparou significativamente, atingindo R\$ 186,3 bilhões entre 2019 e 2024, conforme relatórios da CGU e do próprio STF.**



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Em agosto de 2024, as emendas voltaram à tona no STF, quando uma **decisão do Ministro Flávio Dino bloqueou a execução de orçamento para emendas parlamentares até que fossem atendidas uma série de exigências para garantir mais transparência (ADI 7697)**. Entre as exigências do Ministro, destacou-se a fiscalização obrigatória das emendas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Após a decisão, o Congresso Nacional uniu-se imediatamente para recorrer, consolidando um bloco de 11 partidos. A partir desse momento, os três Poderes iniciaram um diálogo para construir um projeto de lei que atendesse às exigências do STF.

Visando regulamentar a execução das emendas impositivas e atender às demandas do STF, iniciou-se na Câmara dos Deputados a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 175, de 2024, de autoria do Deputado Rubens Ferreira Júnior (PT/MA). **O texto, sancionado pela Presidência da República e transformado na Lei Complementar n.º 210 de 2024, apresentou avanços em transparência, mas não atendeu integralmente às exigências do STF.** Ainda assim, o Congresso tenta mobilizar prefeitos e outros atores políticos em busca de apoio contra decisões que bloqueiem repasses.

Mais recentemente, o Partido Novo acionou o STF pedindo o bloqueio de recursos classificados como "emendas disfarçadas", com alegação de uso indevido de verbas da saúde (RP1). O Ministro Flávio Dino negou o pedido, argumentando que novos pleitos necessitam de ações judiciais específicas, e destacou que o Novo atua como "amigo da Corte", sem direito de solicitar medidas cautelares.

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

<b>Min. Flávio Dino (ADI 7697)</b>	<b>Lei Complementar n.º 210/2024</b>
Fiscalização das emendas pelo TCU e CGU, auditados por ONGs	Transferências ficam sujeitas à apreciação do TCU
Obrigação da especificidade da finalidade do gasto	Indicação da instituição que receberá o crédito
Parlamentares são podem executar emendas para os Estados pelos quais foram eleitos	Emendas de bancada precisam ser destinadas aos estados dos membros
As exigências podem ser ignoradas em situações de calamidade ou para finalização de obras em andamento	Prioridade para execução de emendas em situações de calamidade; Emendas individuais são podem ser executadas nesse caso

O Brasil est a diante de um ponto de inflexão em sua gestão orçamentária. As decisões judiciais recentes reforçam a importância de um controle rigoroso sobre as emendas parlamentares, mas também expõem a necessidade de um debate amplo sobre o papel do Legislativo na distribuição de recursos. O futuro deste modelo de emendas dependerá da capacidade dos Poderes de dialogarem para construir soluções sustentáveis e transparentes.

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS: A FORÇA DO CENTRÃO E SEUS EFEITOS NO CENÁRIO NACIONAL

Em outubro, os eleitores foram às urnas para definir os vereadores e prefeitos nas eleições municipais, marcando um momento importante para a política local e revelando tendências relevantes para o cenário nacional nos próximos anos.

**O cenário geral, ao contrário do notado nas últimas eleições nacionais, não refletiu forte polarização, mas, sim, uma dominância dos partidos de centro, em especial o Partido Social Democrático (PSD), Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Progressistas (PP), que emergiram como os grandes vitoriosos.**

Nas câmaras municipais, o equilíbrio de forças apresentou uma leve mudança, com o MDB e o PP elegendando a maior quantidade de vereadores. O PSD, contudo, também alcançou uma posição de destaque. No entanto, de maneira geral, os mesmos partidos saíram fortalecidos.

**Nas capitais, houve alguns confrontos diretos entre PT e PL, com o partido de Bolsonaro saindo vitorioso na maioria das disputas e assumindo a liderança em quatro das vinte e seis capitais brasileiras. Enquanto isso, o partido de Lula conseguiu eleger apenas Evandro Leitão, em Fortaleza/CE.**

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Um dado relevante dessas eleições foi a relação entre os prefeitos e vereadores eleitos e o recebimento de emendas parlamentares. Segundo levantamento da GloboNews, uma expressiva maioria de **93% dos prefeitos de municípios que mais receberam emendas PIX e disputaram a reeleição acabaram sendo reeleitos com sucesso.**

Os resultados do pleito trazem perspectivas importantes para os próximos anos, considerando a esperada dominância eleitoral dos partidos de centro, que consolidaram ainda mais sua força neste ciclo eleitoral.

A curto prazo, **essas legendas devem buscar ampliar sua influência na Esplanada dos Ministérios**, com o apoio do presidente Lula (PT), que necessita ampliar a sua base e parece disposto a negociar espaços estratégicos com lideranças do Centrão.



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

## AVALIAÇÃO DOS MANDATOS DE RODRIGO PACHECO E ARTHUR LIRA NO CONGRESSO NACIONAL

Crises, embates com os poderes e diferenças de trato marcaram as presidências das Casas Legislativas do Congresso Nacional.

Atualmente filiado ao Partido Social Democrático (PSD), Rodrigo Pacheco foi eleito para o Senado Federal em 2018. Com um perfil moderado em tempos de polarização, Pacheco chegou à presidência da Casa em 2021.

Integrante do grupo liderado por Davi Alcolumbre (União/AP) no Senado, **Pacheco construiu uma liderança sólida, ponderada e, por vezes, discreta diante de episódios de tensão entre os Poderes e até mesmo junto à Câmara.**

Em 2022, após a eleição de Lula (PT), o Senador articulou rapidamente uma base mais sólida para o governo no Senado e garantiu sua reeleição à presidência em uma disputa acirrada contra o senador Rogério Marinho (PL/RN), um dos líderes do grupo opositor ao governo.



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Apesar de ser considerado um aliado do governo, Pacheco conduziu o Senado de forma democrática e representativa, respeitando os procedimentos regimentais e cumprindo acordos estabelecidos. Destacou-se em negociações importantes, como a aprovação do pacote de gastos no final de 2024, além de ter desempenhado um papel relevante na aprovação das indicações dos ministros do STF Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Na Câmara dos Deputados, Arthur Lira, eleito pelo estado de Alagoas e filiado ao Progressistas (PP), iniciou sua trajetória parlamentar em 2011. **Já conhecido como um negociador habilidoso na condição de líder partidário, Lira ganhou popularidade entre seus pares pelo pragmatismo e pela reputação de honrar os acordos firmados.**

Lira chegou à presidência da Câmara em 2021, após romper com seu antecessor, Rodrigo Maia (então filiado ao Democratas), e alinhar-se ao governo de Jair Bolsonaro (PL). Sua atuação foi crucial para a aprovação de pautas como a PEC dos Precatórios e a PEC Emergencial.



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Durante seus quatro anos de liderança na Câmara, **Lira conduziu os trabalhos de forma autônoma, alterou procedimentos regimentais, estabeleceu novos entendimentos e protagonizou momentos de crise, como o impasse relacionado às comissões mistas para a análise de Medidas Provisórias.**

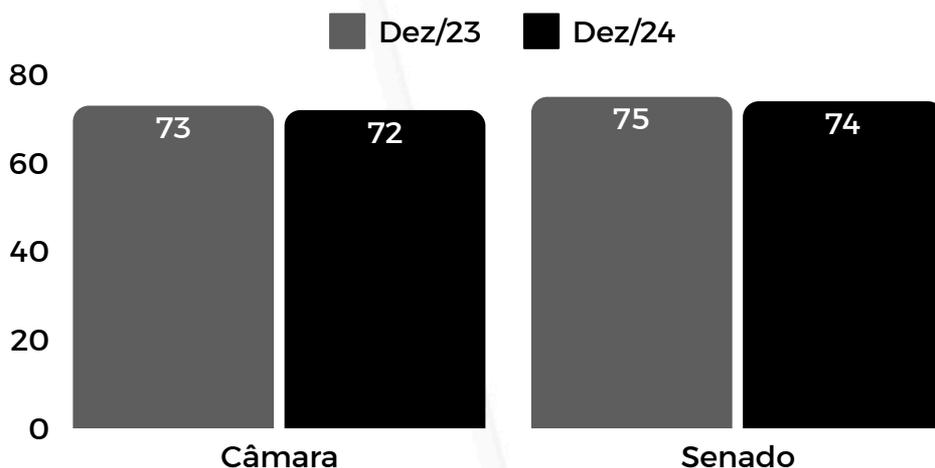
Após a vitória de Lula em 2022, Lira condicionou seu apoio ao novo governo a acordos estratégicos, sendo peça-chave na tramitação de pautas como a Reforma Tributária e o pacote de gastos.

**Com um perfil firme e pragmático, Lira deixa um legado marcado pelo cumprimento de acordos tanto com aliados quanto com adversários. Destacou-se também por sua defesa enfática das prerrogativas da Câmara dos Deputados e de seus integrantes.**



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

## ARTICULAÇÃO POLÍTICA E DESAFIOS NO CONGRESSO: ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO FEDERAL



O Governo Federal manteve um percentual estável de apoio no Congresso Nacional ao longo do último ano, demonstrando consistência na articulação política. **No Senado, a base governista obteve sucesso em 75% das votações em 2023, reduzindo levemente para 74% em 2024, apesar do aumento significativo no número de deliberações (de 123 para 211).** Já na Câmara dos Deputados, o índice passou de 73% em 2023 para 72% em 2024, com um **acréscimo expressivo de votações (de 401 para 790).**

Diante de um cenário de forte polarização e elevada fragmentação partidária, Lula, no segundo ano de seu terceiro mandato, enfrentou desafios significativos para aprovar seus projetos prioritários no Congresso Nacional. Ao longo do ano, o governo recorreu a estratégias variadas para manter sua base política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em 2024, as emendas parlamentares estiveram no centro do debate político, tornando-se uma das principais ferramentas de articulação no Congresso Nacional. Apesar de uma distribuição substancial de recursos, o Executivo enfrentou pressões constantes por aumentos e liberações adicionais de orçamento para garantir a aprovação de pautas essenciais, como a Reforma Tributária e o pacote de corte de gastos.

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Além das emendas, aumentaram as especulações sobre uma reforma ministerial. **Partidos de centro vêm intensificando suas exigências para ocupar cargos no primeiro escalão da Esplanada. Siglas como MDB, Republicanos, PSD e PP demandam maior participação na gestão, colocando em risco a unidade da base governista.**

Espera-se que, no início de 2025, ocorram mudanças significativas nos ministérios. Entre elas, destaca-se a **possibilidade de cargos estratégicos para o senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e para o deputado Arthur Lira (PP/AL)**, que deixarão as presidências do Senado e da Câmara, respectivamente.

A relação entre Executivo e Legislativo em 2025 dependerá da habilidade do governo, e particularmente do presidente Lula, em equilibrar interesses divergentes, fortalecer sua base aliada e mitigar resistências dentro do Parlamento. O próximo ano será decisivo para os rumos da atual gestão, seja visando uma eventual candidatura de reeleição de Lula, ou mirando um projeto de sucessão.

Na sequência, **serão apresentadas as prioridades definidas pelo Governo Federal no início de 2024**, com destaque para as pautas que tiveram influência direta do Poder Legislativo, bem como a análise quanto ao seu resultado, indicando se os objetivos propostos foram alcançados, rejeitados, ou se permanecem em discussão.



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Panorama macroeconômico	
Ajuste fiscal	Aprovado
Reforma tributária sobre consumo (Regulamentação)	Aprovada
Reforma da renda (Tributação de lucros e dividendos)	Não aprovada (O Governo deve enviar o projeto ao Congresso)
Reforma da renda (Aumento da faixa de isenção do IR)	Medida anunciada, mas ainda não apresentada pelo Governo
Desenvolvimento social	
Plano Nacional de Educação	Não aprovado pelo Congresso
Sustentabilidade e Meio-Ambiente	
Realização da COP 30 em Belém	Alcançado
Ampliação do Fundo Amazônia	Alcançado
Transição Energética Combustível do Futuro	Aprovado
Plano de Transformação Ecológica	Aprovado (Em implementação)
Segurança Pública	
PEC da Segurança Pública	Não aprovado pelo Congresso
Política Externa	
Presidência do G20	Alcançada
Cúpula do BRICS no Brasil em 2025	Alcançada

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

## PACOTE FISCAL: DESAFIOS POLÍTICOS E DINÂMICA ENTRE PODERES NA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Pressionado pela alta do dólar e pelas demandas do mercado financeiro, o Poder Executivo apresentou ao país um pacote de medidas fiscais para controle dos gastos públicos. Coube aos ministros Fernando Haddad e Alexandre Padilha a missão de articular a aprovação das propostas no Congresso Nacional, com o apoio dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG), respectivamente.

O Congresso Nacional, entretanto, não facilitou a tarefa do governo. **A aprovação do pacote enfrentou resistência devido ao bloqueio das Emendas PIX, que estavam travadas em razão de uma ação no Supremo Tribunal Federal que analisava sua legalidade (ADPF 854/DF). Apesar dos entraves e da supressão de diversos pontos, o pacote foi aprovado, sendo considerado uma vitória significativa para o governo.**

# Avaliações e principais acontecimentos políticos

---

As medidas propostas causaram controvérsia e divisões até mesmo dentro da bancada do PT. Destaques incluem: ajustes que dificultam o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a limitação do aumento real do salário-mínimo e mudanças na Constituição Federal que impactam tanto a população de baixa renda quanto agentes públicos com maior remuneração.

Exemplos dessas alterações são a limitação do número de beneficiários do abono salarial e a previsão de edição de lei que restringirá as parcelas recebidas além do teto do funcionalismo público. Essa última disposição foi alvo de críticas da oposição pró-mercado, especialmente pela previsão de efeitos apenas após a regulamentação futura.

**Implementar as medidas aprovadas será o próximo grande teste para o governo. Demonstrar capacidade de gestão e sensibilidade social diante de uma população crítica e impactada pelas mudanças será crucial.** A manutenção do diálogo com lideranças políticas e a transparência na condução das reformas serão fatores determinantes para a governabilidade e a estabilidade nos anos seguintes.

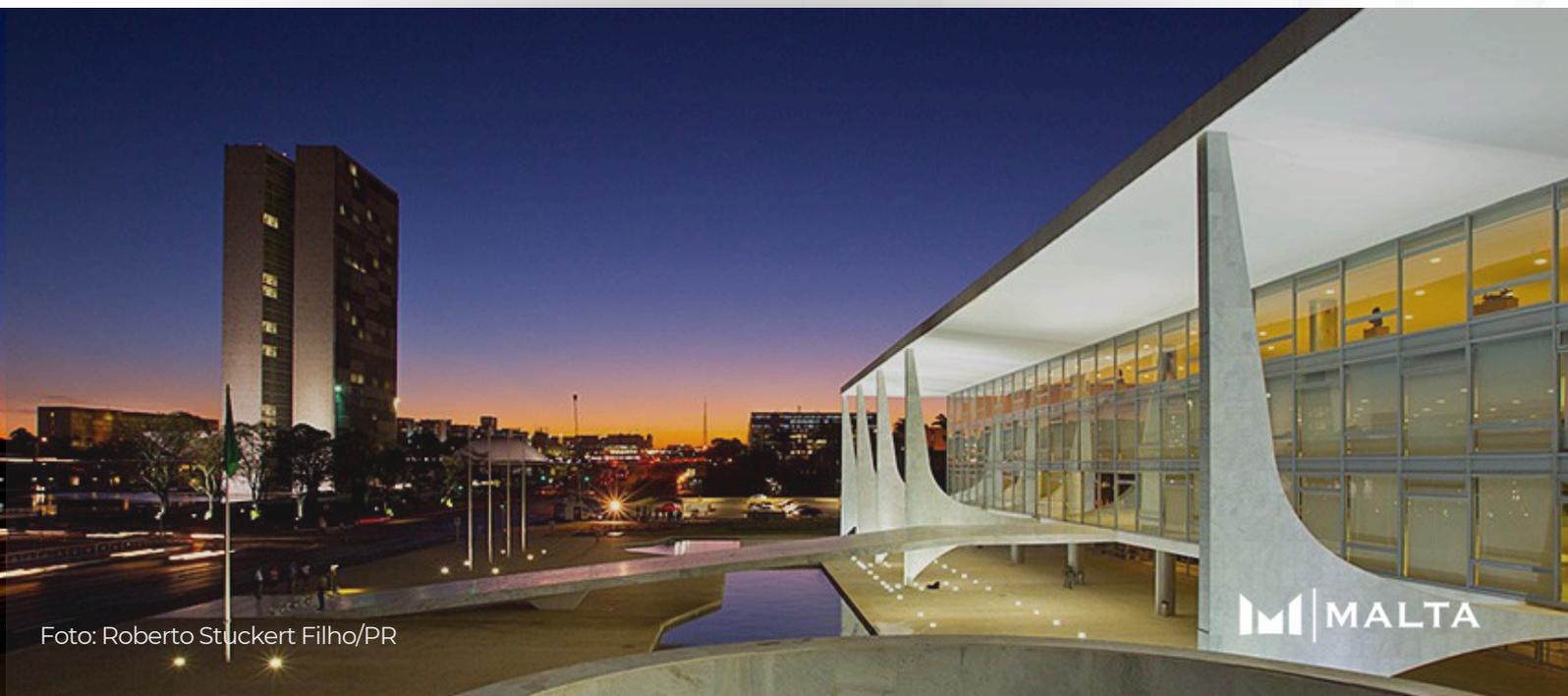
# Avaliações e principais acontecimentos políticos

## TENSÕES INSTITUCIONAIS: O EMBATE ENTRE LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E O PAPEL DO EXECUTIVO

Ao longo do ano, a relação entre o Legislativo e o Judiciário enfrentou tensões institucionais. Decisões emblemáticas do Supremo Tribunal Federal (STF), como a descriminalização do uso recreativo da maconha (RE 635.659/SP) e a rejeição do marco temporal para a demarcação de terras indígenas (RE 1017365/SC), geraram reações fortes de parlamentares, que acusaram a Corte de interferir nas prerrogativas legislativas.

Outro episódio de alta tensão foi a deflagração de operações da Polícia Federal nas dependências da Câmara dos Deputados, incluindo buscas e apreensões relacionadas aos atos antidemocráticos e ao inquérito das *fake news* (INQ 4781). Muitos parlamentares interpretaram essas ações como um atentado à autonomia do Congresso, ampliando o desgaste na relação entre os poderes.

Em outra frente, o Ministro Flávio Dino determinou o bloqueio das emendas orçamentárias (ADPF 854/DF), uma ferramenta de negociação parlamentar, que foi objeto de questionamento judicial, intensificando o embate. Deputados e senadores interpretaram a interferência como uma tentativa de enfraquecer sua capacidade de atuar diretamente em seus redutos eleitorais, agravando o clima de desconfiança.



# Avaliações e principais acontecimentos políticos

Diante desse cenário, **o Congresso Nacional avançou em propostas que limitam os poderes do Judiciário.** O exemplo mais emblemático é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 8/2021) que propõe o fim das decisões monocráticas, concedendo apenas ao colegiado a possibilidade de suspender atos de outros Poderes. Essa iniciativa, apresentada como uma forma de reequilibrar as relações institucionais, reflete o desconforto crescente do Legislativo com a atuação do STF.

Os embates repercutiram na articulação do Poder Executivo, uma vez que **algumas lideranças do parlamento entendem que o governo é o principal fiador de algumas das decisões polêmicas tomadas pelos ministros.**

**As relações entre essas instituições tendem a continuar desafiadoras em 2025. A crescente tensão pode levar a novas propostas de limitação dos poderes do STF, enquanto o Legislativo, cada vez mais incomodado com o protagonismo da Corte, buscará reequilibrar as forças por meio de mudanças constitucionais e jurídicas.**

Paralelamente, o Executivo se vê pressionado a se posicionar de forma mais clara, especialmente diante das acusações de conivência com decisões judiciais controversas. O ano de 2025 será crucial para definir o rumo dessas relações, sendo provável que o diálogo e a busca por soluções conciliatórias se tornem essenciais para evitar um aprofundamento da crise institucional.

A articulação política será decisiva para a construção de um ambiente mais equilibrado entre os Poderes, em busca de estabilidade e eficácia na condução dos interesses nacionais.

# BALANÇO POLÍTICO | 2024

MALTA ADVOGADOS

